



Anexo I - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS - 2023

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
00	Área Auditada: Secretaria de Finanças: Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC Conhecimento Específico: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00	Risco: Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual. Relevância: Cumprimento de formalidades, preceitos legais e exigências do TCMS.	Emitir parecer sobre a prestação de contas a conformidade com os normativos legais e remeter ao TCE/MS.	Analisar as informações e documentos que compõem o Processo de Contas anual do exercício 2022, referente as unidades gestoras TJ e FUNJECC.	Janeiro/ Março	1 servidor
01	Área Auditada: A definir Coordenada com CNJ: "Política contra Assédio e Discriminação" Conhecimento Específico: a definir	Risco: Inobservância das Política Judiciária de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação nos tribunais do Poder Judiciário. Relevância: Cumprimento da Política Judiciária de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação nos tribunais do Poder Judiciário	Avaliar a aderência da Política Judiciária de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação nos tribunais do Poder Judiciário	A ser definido pelo CNJ.	Janeiro/Junho	2 servidores
02	Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços	Risco: Inventário analítico geral realizado fora do prazo; - Inventário analítico geral não realizado.	Verificar se a realização do inventário patrimonial ocorre de acordo com a legislação e princípios vigentes.	Avaliar a realização do inventário patrimonial nos últimos 3 anos.	Fevereiro/Março	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	Realização de Inventário patrimonial Conhecimento Específico: Lei nº 4.320/1964 Portaria TJMS 57/2006	Relevância: Verificar a existência física dos bens; manter atualizados os registros e controles administrativo e contábil; confirmar a responsabilidade dos agentes responsáveis pelos bens patrimoniais sob sua guarda e instruir prestação de contas anuais.				
03	Área Auditada: Secretaria do Tribunal Justiça Transparência Institucional. Conhecimento Específico: Lei nº 12.527/2011	Risco: Insuficiência do controle social; Dificuldade de participação na gestão pública; Dificuldade de acesso a serviços do Poder Judiciário; Risco de irregularidades. Relevância: Necessidade de prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.	Avaliar se a disponibilização de informações no Portal do Tribunal de Justiça atende aos requisitos legais e de boas práticas de transparência pública, incluindo linguagem clara e de fácil compreensão ao público em geral.	Analisar as informações disponibilizadas no Portal do Poder Judiciário 2022	Abril/Maio	2 servidores
04	Área Auditada: Secretarias do TJMS Serviços com utilização de	Risco: Ausência ou deficiência de regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços terceirizados.	Avaliar se o termo de referência, a minuta de edital, minuta de contrato e minuta da Planilha de Custos	Analisar, por amostragem, termos de referência, editais, contratos e planilhas de custo e formação de preços, no	Abril/Maio	3 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	mão-de-obra terceirizada com dedicação exclusiva. Conhecimento Específico: IN 05/2017	Relevância: Aprimoramento dos processos licitatórios e dos processos de fiscalização dos serviços prestados.	e Formação de Preços - correspondem às regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito do PJMS.	período de 2020/2022.		
05	Área Auditada: Núcleo Socioambiental Avaliar a atuação do Núcleo Socioambiental Conhecimento Específico: Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021.	Risco: Inobservância das diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021. Relevância: Cumprimento das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 400/2021.	Verificar a aplicação da Resolução CNJ nº 400/2021.	Avaliar a conformidade dos procedimentos adotados no cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.	Julho/Agosto	2 servidores
06	Área Auditada: Secretaria Finanças Conta Única Conhecimento Específico: Lei Complementar Federal nº 151/2015 Portaria TJMS nº 808/2015 Portaria TJMS nº 936/2016	Risco: Inobservância das diretrizes da legislação. Relevância: Cumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação.	Verificar se são realizados os procedimentos (controle e recebimento)		Julho/Agosto	3 servidores
07	Área Auditada: Secretaria	Risco – Inobservância das	Verificar a aplicação da	Avaliar a conformidade dos	Setembro/Outubro	3 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	de Bens e Serviços Auditoria para avaliação da Governança das Contratações. Conhecimento Específico: Resolução CNJ 347/2020	diretrizes da Resolução CNJ nº 347/2020. Relevância – Cumprimento das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 347/2020.	Resolução CNJ nº 347/2020, referente a implementação dos mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas pelo PJMS.	procedimentos adotados pelo PJMS para o cumprimento da Resolução CNJ nº 347/2020, após sua entrada em vigor.		
08	Área Auditada: Secretaria do TJMS Avaliação do nível de maturidade da Gestão de Riscos no PJMS. Conhecimento Específico: Política de Gestão de Riscos do PJMS Boas práticas TCU	Riscos: Aumento das incertezas nas decisões; diminuição da eficácia, eficiência, economicidade e efetividade e ausência de melhoria contínua. Relevância: Importante para apoiar a alta administração e a gestão do PJMS no cumprimento das responsabilidades de gerar, preservar e entregar valor público em benefício da sociedade (accountability).	Verificar a implementação da Gestão de Riscos no PJMS, bem como avaliar o cumprimento dos normativos referentes à Política de Gestão de Riscos.	Avaliar o nível de maturidade da gestão de riscos no PJMS.	Setembro/Outubro	3 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
09	<p>Área Auditada: Secretaria do Tribunal de Justiça</p> <p>Procedimento utilizados na apuração e na aplicação de penalidades em descumprimentos contratuais</p> <p>Conhecimento Específico: Lei 8.666/93</p>	<p>Riscos: Aplicação de penalidades em discordância com a legislação.</p> <p>Relevância: Cumprimento do devido processo legal na aplicação de penalidades</p>	Verificar se a apuração e aplicação de penalidade em casos de descumprimentos contratuais estão de acordo com a legislação aplicável.	Avaliar os processos de aplicação de penalidades dos anos de 2021/2022	Novembro/Dezembro	2 servidores